

Dos roçados do nordeste, das periferias urbanas aos laranjais paulistas: migração e condições de trabalho na citricultura brasileira

Lidiane M. Maciel

Doutoranda do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo – Brasil. E-mail: lidiani.maciel@gmail.com

Resumo: Este artigo atenta para as condições de vida e trabalho da população que atua na safra de cítricos no Estado de São Paulo - Brasil. A força de trabalho utilizada pelo setor é essencialmente de migrante, uma população empobrecida que habita as cidades próximas aos laranjais ou que realizam migrações sazonais no período da safra. O estudo parte da união de duas pesquisas quali-quantitativas realizadas entre os anos de 2009 – 2012, nas cidades de São Carlos e Matão no Estado de São Paulo – destino migratório – e Jaicós no Estado do Piauí – origem migratória. No Estado de São Paulo nos últimos quarenta anos o setor de cítricos se fortaleceu dado à vinculação ao mercado internacional, que compra oitenta por cento da produção do Brasil. Esse país é responsável pelo abastecimento de cinquenta por cento desse mercado. O potente setor criou um sólido mercado de trabalho que necessita de muita mão de obra pouco especializada, e então é nos rincões do interior do nordeste brasileiro e nas periferias urbanas das cidades citadas que o setor alimenta sua necessidade de mão de obra barata.

Palavras-chave: Condições de trabalho, citricultura, migração, São Paulo – BR.

Coming from the rural northeast, urban peripheries for harvest of orange: migration and working conditions in Brazilian citrus

Abstract: This article aims to study the living conditions of the population and labor engaged in the harvest of citrus in São Paulo - Brazil. The labor force used by the industry is essentially a migrant, an impoverished population that inhabits the nearby cities to orange or perform seasonal migrations during the harvest. The study is the union of two surveys conducted qualitative and quantitative between the years 2009 - 2012, the cities of São Carlos and Matão in São Paulo - migratory destination - and Jaicós in the state of Piauí - migratory origin. In the state of São Paulo in the last forty years the citrus industry has strengthened since the linkage to the international market, which buys eighty percent of production in Brazil. This country is responsible for supplying fifty percent of this market. The powerful sector has created a solid job market that requires a lot of manpower little specialized, and so is the interior of northeastern Brazil and in the urban peripheries of cities cited that the industry feeds their need for cheap labor.

Keywords: Working conditions, citrus, migration, São Paulo - BR.

1. Introdução à problemática

A citricultura no Brasil como hoje é conhecida data-se do início dos anos 1960. Nessa década pequenos produtores rurais do Estado de São Paulo começaram a produzir laranja para comercializá-la no mercado consumidor internacional. Essa condição passou a reafirmar a posição periférica do país na Divisão Internacional do Trabalho, cujo seu *status* de grande produtor do setor primário ainda é representativo.

No Brasil a citricultura é um setor que demanda muita mão de obra pouco especializada, sobretudo no período de colheita. Essa necessidade criou um sólido mercado de trabalho temporário, cuja exploração da força de trabalho e precárias condições de atuação passaram a definir o setor.

A partir de 1962, a atividade passou a preencher lacunas deixadas pelo mercado americano que vinha passando por um momento de crise dado a adversidades ambientais. Nesse sentido, há uma reorganização da atividade e uma distribuição de seu risco. Como podemos compreender sob a luz da teoria sociologia de Giddens (1991) houve a necessidade das grandes corporações do setor de alargar seus tentáculos para além de seu território nacional buscando vantagens competitivas e inserindo-se no contexto local práticas e modos que adaptassem as necessidades globais.

As iniciativas localizadas dos pequenos e médios agricultores do interior de São Paulo passaram a se inserir o produto no mercado internacional global. A repercussão para a localidade foi o desenvolvimento de uma nova economia agrícola modernizada e competitiva que começou a demandar extensiva mão de obra, especialmente para a colheita, surge daí a figura do trabalhador *boia-fria*, morador das periferias urbanas que trabalha nas áreas rurais dos municípios.

Para quem viaja pelo interior paulista é possível observar ao lado dos imponentes canais os profundos laranjais que resistem ao avanço da cana de açúcar. São em sua grande maioria de pequenos produtores, cerca de 87%, que vendem sua produção a empresas líderes do setor, também localizadas na mesma região.

O setor de cítricos brasileiros ao lado dos Estados Unidos é responsável por 90% da produção de suco de laranja comercializado mundialmente. E o Estado de São Paulo, é responsável por 80% da produção nacional, estando vinculado diretamente ao mercado internacional, gerando um montante de 1,5 bilhões a 2,5 bilhões de dólares anualmente. (Neves, 2010).

As principais barreiras encontradas a produção são os impostos e as normas sanitárias internacionais de seus compradores. Há nesse sentido, ainda considerando Giddens “a ligação de localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorridos a muitas milhas de distância”. (Giddens, 1991:70). No caso, da citricultura paulista, por regras e acordos determinados principalmente pelos Estados Unidos, seu principal comprador.

No ano de 2012, o setor vivenciou a pior crise desde seu nascimento. A queda da exportação causada pela barreira sanitária imposta pelos Estados Unidos em relação ao uso do fungicida *Carbendazim* – amplamente utilizado nas plantações paulistas no combate das pragas que assolam os pomares – operou grandes perdas financeiras ao setor, segundo notícia veiculada pelo Jornal Nacional no dia 26 de julho de 2012¹ no Brasil, os produtores da cidade de Taquaritinga distribuíram cerca de 12 toneladas de

¹ <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/07/produtores-protestam-jogando-laranja-fora-no-interior-de-sao-paulo.html>. Acessado em 27 de julho de 2012.

frutas e jogam na praça central da cidade 200 litros de suco processado em protesto ao pouco incentivo dado pelo governo brasileiro ao consumo interno do suco de laranja, visto que as exportações estavam barradas.

Estudos americanos revelaram que os resíduos do fungicida *Carbendazim* encontrados na produção brasileira poderiam afetar diretamente a saúde do consumidor. Nesse sentido se há essa preocupação geral dos distribuidores com o consumidor, em nenhum momento as publicações veiculadas a crise do setor abordaram a saúde dos trabalhadores rurais, principalmente, dos colhedores, que diariamente estão em contato com diversos fungicidas e bactericidas nas plantações, o que lhes causam uma série de complicações de saúde, como citado pelos próprios trabalhadores em entrevistas e comprovado por seus exames médicos.

A citricultura é um setor que gera no interior de São Paulo mais de 230 mil postos de trabalhos diretos e indiretos, pois depende largamente de mão de obra pouco qualificada para a colheita entre os meses de junho a dezembro. O setor ao criar esse sólido mercado de trabalho passou a atrair e buscar mão de obra migrante, em sua maioria, pequenos agricultores expulsos de suas propriedades agrícolas do nordeste brasileiro.

Os trabalhadores da colheita ficaram reconhecidos em muitos estudos sob o signo de *boias-frias*, por se assalariarem nas lavouras e morarem nas periferias das cidades. (Mello, 1975, Stolcke, 1985, Silva, 1998). A ideia de *boia-fria* se relaciona com as precárias condições de trabalho desses trabalhadores, em que muitas vezes alimentam-se de comida fria, por não terem refeitórios ou local apropriado para aquecê-la. Mesmo os trabalhadores recusando identificação por essa categoria, ela ainda é amplamente utilizada pela população local ao se referir a esse tipo de trabalhador.

Segundo os dados da Relação Anual para o Ano de 2010 (RAIS), tínhamos o seguinte perfil para os trabalhadores da laranja devidamente contratados no interior de São Paulo: é homem, de 30 a 49 anos de idade com Ensino Fundamental Incompleto; o que significa poucos anos de estudo, ganhando, em média de um salário mínimo e meio a dois salários². E segundo nossa pesquisa qualitativa a maior parte desses trabalhadores tem origem migrante – especialmente dos Estados brasileiros do Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí. Nos próximos tópicos nos dedicaremos no aprofundamento do perfil e condições de trabalho da população em questão.

2. Metodologia e campo de estudo

O objetivo desse artigo é trazer elementos sobre as condições de vida e trabalho da população migrante que se assalaria nas atividades rurais no Estado de São Paulo. Para que esse objetivo fosse cumprido foi utilizado dado qualitativo obtido a partir de entrevistas – cerca de quarenta – realizadas no Estado de São Paulo e no Estado do Piauí. entre os anos de 2009 a 2012, essas entrevistas foram justapostas a dados quantitativos coletados e tabulados através de duas bases brasileiras a do Censo Demográfico do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Indicadores Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS-MTE). Os dados por nós

² O salário mínimo no Brasil em 2012 era de 622,00 reais.

considerados abrangem informações sobre renda, perfil do trabalhador, condição de empregabilidade e sobre a economia da região em questão.

A metodologia escolhida para as entrevistas qualitativa fundamenta-se na modalidade da *história oral*, considerando, como coloca Thompson (1998), a oportunidade de conseguir ir além das generalizações estereotipadas e recuperar os processos, visões e versões advindas da experiência dos atores sociais.

As entrevistas foram realizadas com informantes privilegiados, selecionados por uma rede de relacionamentos estabelecidos em pesquisa exploratória. Os entrevistados eram homens e mulheres trabalhadores/as rurais migrantes com idades que variavam entre 15 e 65, atuando na safra de cítricos. Esse perfil se justifica por tomarmos como referência a População em Idade Ativa (PIA). No processo de seleção dos entrevistados consideramos o tempo de residência nos municípios de interesse e a inserção no trabalho rural.

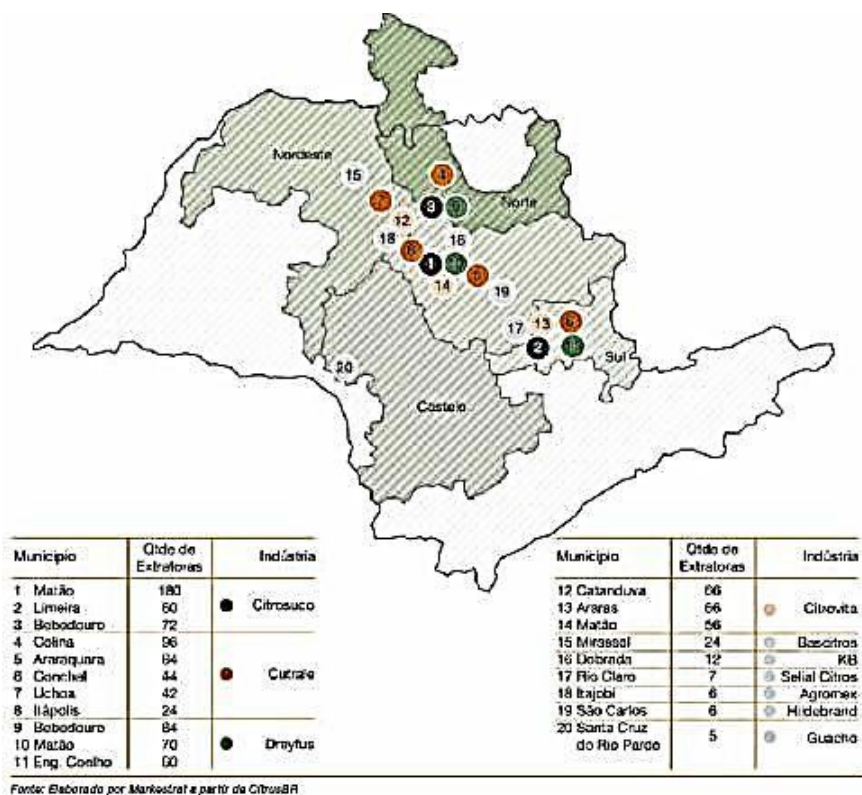
No processo de recuperação das memórias e situações falar do processo de trabalho deixava os participantes sempre empolgados; o interesse demonstrado pela pesquisa ao trabalho rural, pouco valorizado socialmente naquele ambiente, foi crucial para o estabelecimento da relação de confiança necessária para que os relatos sobre as tensões e condições de trabalho pudessem emergir.

Essas entrevistas foram analisadas segundo a metodologia da *análise de conteúdo* nos termos definidos por Bardin (1977) e interpretadas sob a luz de um conjunto de bibliografias sobre mercado de trabalho, desenvolvimento econômico da região, bem como reflexões teóricas sobre migração laboral na contemporaneidade. Nos tópicos a seguir apresentamos algumas transcrições importantes para nossa reflexão, elas serão apresentadas em itálico ao longo do texto, os nomes dos entrevistados são fictício para que possamos garantir minimamente o anonimato de nossos colaboradores.

O campo na qual desenvolvemos nossa análise é a região Central do Estado de São Paulo, nesse artigo daremos destaque aos trabalhadores das cidades de São Carlos e Matão. A Região Central do Estado de São Paulo é composta por 26 cidades, somando uma população de quase um milhão de habitantes. Entre os anos de 1980 e 2010 sua população quase que dobrou saindo da cifra de 540.889 para 951.408 mil habitantes. Esse salto populacional é derivado dos diversos fluxos migratórios que atingiram a região nas décadas recentes.

O perfil econômico da região centra-se na produção industrial tecnológica e agroindustrial, ambiente a qual se destaca a produção de etanol e suco de laranja. No mapa abaixo as áreas em questão são 1 e 19 que compreende as cidades de Matão e São Carlos, porém esclarecemos que os trabalhadores rurais de São Carlos não trabalham necessariamente nessa cidade, mas em seu entorno.

Figura 1: Mapa do estado de São Paulo com destaque as Regiões citricultoras



Fonte: Neves (2010)

3. Discussão

3.1 De onde vem à força de trabalho do internacionalizado setor citrícola paulista?

Segundo dados coletados durante a investigação os trabalhadores rurais da laranja no estado de São Paulo são em grande maioria migrantes e moradores das periferias das cidades as quais ficam próximas aos laranjais em que trabalham.

A condição educacional e o precário acesso ao mercado de trabalho urbano, bem como outros determinantes levam essa população a empregarem-se durante a safra da laranja em sua colheita. Nas cidades de São Carlos, Ibaté, Araraquara, Matão, Taquaritinga, e tantas outras da Região Central do Estado de São Paulo, acumulam-se nas suas periferias urbanas ônibus com a denominação “Rurais”, muitos deles são destinados a levarem os trabalhadores do bairro aos laranjais da região.

Esses trabalhadores são em sua maioria migrantes que durante as décadas de 1980 e 1990 deslocaram-se, essencialmente, dos Estados de Minas Gerais, Paraná, e de diversos estados do nordeste brasileiro, bem como da própria Região Metropolitana de São Paulo, em busca de melhores condições de vida no interior paulista. O que significa a busca por melhores moradias, emprego e renda, e acesso a direitos sociais a eles negados, como educação e acesso ao serviço de saúde (Maciel, 2012).

Dos roçados do nordeste, das periferias urbanas aos laranjais paulistas

A chegada desses migrantes fortaleceu o desenvolvimento populacional de município como São Carlos, essa cidade hoje possui 221 mil habitantes, segundo dados do Censo Demográfico de 2010. Entre as décadas de 1980 e 2000 boa parte da população chegada foi sendo alocada em bairros cuja infraestrutura era baixa. Nesse período o esgotamento das áreas centrais já estava consolidado. Somando a esse processo desenvolvia na cidade uma feroz especulação imobiliária que propiciou a modificação do perímetro urbano em apenas 20 anos.

Assim de maneira precária muitos migrantes foram se fixando nessa cidade e quando o mercado de trabalho urbano os expulsavam, recorriam ao mercado de trabalho rural da região, já que alguns bairros preservavam redes informais de contratação de empresas de outras cidades.

O município de São Carlos não é um típico espaço de tradição agroindustrial como seus vizinhos. A cidade cresceu e desenvolveu-se sob o signo da industrialização e criação de novas tecnologias. Porém, em alguns bairros, na qual a população menos escolarizada e pobre é aleijada, encontram-se muitas famílias de migrantes que se assalariam em trabalhos rurais. No bairro Cidade Aracy em São Carlos, soma-se mais de 500 trabalhadores rurais diretos.

No mercado de trabalho rural da região também é comum encontramos muitos trabalhadores migrantes da região nordeste que anualmente formam um verdadeiro exercito de mão de obra necessária, são considerados migrantes “permanentemente temporários” (Silva, 2008), já que anualmente deixam seus roçados em terras longínquas do nordeste brasileiro e passam a procurar trabalho e renda na colheita da laranja e corte de cana-de-açúcar no interior de São Paulo. Este é o caso dos trabalhadores rurais do Estado do Piauí na cidade de Matão, que distancia da cidade de São Carlos por 90 quilômetros. O município de Matão possui uma população de 76 mil habitantes, segundo Censo Demográfico 2010, e uma economia totalmente voltada para o setor agroindustrial.

Para os migrantes do Estado do Piauí, o trabalho nos laranjais garante a renda da família e melhoramento das condições de vida nesse Estado. O estudo de Moraes (et al.2008), sobre a migração de população da microrregião de Valença para o corte de cana-de-açúcar no sudeste brasileiro, já atestava que a migração era considerada como uma estratégia de sobrevivência, já que a produção de “aprovisionamento” (Sahlins,1970), não garantia os mínimos vitais durante o período sem chuva – de seca.

Assim para essa população a migração torna-se uma obrigatoriedade visto que as precárias condições de existência no lugar de origem levam essa população a não ter os mínimos vitais. Nesse aspecto a migração pode ser entendida como uma verdadeira prática de expulsão (Singer, 1976), na medida em que força essa população a sair para sobreviver.

Já a quase três mil quilômetros do Estado do Piauí, o município de Matão, na Região Central do Estado de São Paulo, representa uma potencialidade no mercado de produção e processamento de cítricos (Neves, 2010). É nesse contexto que anualmente é aberto uma quantidade significativa de postos de trabalho que, devido a redes informais de contratação, arregimentam populações do sudeste do Piauí para a colheita da laranja. A população de Jaicós no sudoeste do Piauí a partir da década de 2000 tem sido importantíssima para que a colheita ocorra no município de Matão.

Jaicós está localizado a 379 quilômetros de Teresina capital do Estado do Piauí, segundo Censo Demográfico de 2010 possui atualmente uma população de cerca de 18 mil habitantes em sua maioria jovens na faixa dos 14 – 30 anos, cerca de 53% de sua

população é moradora de áreas consideradas rurais do município e praticam agricultura familiar.

A provisoriedade que marca a estada do migrante “permanentemente temporário” da Região de Jaicós em Matão é vista por vários aspectos de suas vidas sociais, esse migrante geralmente estão alocados de maneira precária em casas alugadas.

A cidade de Matão recebe anualmente cerca de três mil trabalhadores migrantes do Piauí, para a atuação na safra da laranja. Como citado por alguns em entrevistas qualitativas, realizadas tanto em Jaicós quanto em Matão em 2012, são trabalhadores e trabalhadoras que dificilmente pretendem estabelecerem-se definitivamente em Matão. As idas e vindas se condicionam pela possibilidade aberta de “melhorar de vida” nos locais de origem, seja através da abertura de um poço em suas terras, para que consigam produzir nas épocas em que não há “inverno”³, seja para “ajuntar” dinheiro e comprar uma moto para si ou para os filhos deslocarem do “interior”⁴ para a cidade.

A migração movimenta um enorme mercado de bens econômicos e simbólicos entre Matão e Jaicós. O financiamento da migração é realizado por benefícios governamentais, pelos empréstimos entre familiares, pela venda de objetos pessoais e produtos agrícolas. Há pelo menos duas empresas de ônibus que fazem o trajeto entre localidades. Na cidade de Matão, quando os migrantes chegam o mercado imobiliário é inflacionado, o que leva muitos deles a habitarem casas bastante precárias. Os proprietários cobram por família ou por pessoa e chegam a lucrar de maneira exorbitante no período da safra.

No município de Jaicós migrar quando não há “inverno” é um fato social que atinge os pequenos agricultores, e envolve boa parte das famílias desse município, elas possuem pelo menos um membro migrado, ou que já migrou. As principais culturas produzidas por essa população se vincula com a agricultura de subsistência e/ou de abastecimento⁵ (Sahlins, 1970). Muitos trabalhadores rurais não são donos das terras nas quais plantam, assim sendo, arrendam terras de outros proprietários. A produtividade gera pouco excedente, pois esses pequenos agricultores estão localizados nas piores terras do município.

Entre os meses de novembro e janeiro é plantado diversos tipos de feijões, mandioca, e frutas como o caju. O trabalho realizado no campo é familiar, são os membros da família os responsáveis pelo plantio, colheita e comercialização dos produtos. São as mulheres, os filhos, e outros familiares, não migrados os responsáveis pela colheita que ocorre nos meses em que muitos trabalhadores estão na safra da laranja no estado de São Paulo.

Em Matão e em São Carlos esses trabalhadores são contratados para colheita de cítricos que ocorre entre os meses de junho a dezembro, a contratação envolve duas etapas: 1) a primeira informal que é realizada por redes sociais as quais os migrantes estão inseridos e 2) a formalização da relação de trabalho pela empresa responsável pela colheita de cítricos na região. O trabalho requer bastante agilidade física para executar as atividades por isso o perfil desses migrantes é bastante jovem. O ritmo da jornada de

³ Os trabalhadores rurais de Jaicós, migrantes, chamam o período de chuvas de inverno.

⁴ A noção de interior engloba para os jaicoenses as áreas rurais do município.

⁵ A economia por abastecimento não gera necessariamente uma produção para o consumo, está também vinculada a um mercado de trocas econômicas, na qual o interesse maior é pelo consumo de bens variados e menos o lucro derivados das trocas. O município de Jaicós é conhecido localmente por abrigar nas segundas-feiras uma grande feira na qual vem comerciante das cidades e dos interiores, como no caso a feira dos animais e feijão.

trabalho é imposto pela produtividade. Um trabalhador deve colher cerca de 100 caixas de laranja por dia para garantir um salário mínimo.

Por causa das longas jornadas de trabalho em contato com vários defensivos agrícolas, pelo precário acesso ao sistema de saúde do município, uma moradia e alimentação indevida, muitos trabalhadores do Piauí adoecem no início da safra e são obrigados a retornarem a suas cidades de origem. No caso dos trabalhadores rurais de São Carlos, moradores das periferias urbanas dessas cidades, quando adoecem deixam a atividade e passam a se empregarem em outros trabalhos por diária, principalmente como servente de pedreiro no caso dos homens e diarista (domésticas) no caso das mulheres.

Porém, mesmo considerando as condições precárias desses trabalhadores é a atuação como assalariados rurais em cidades como Matão que permite a reprodução das famílias de piauienses nos locais de origem. Através da economia dos salários é possível incrementar a produção agrícola em seus roçados e até mesmo comprar uma propriedade e construir uma casa. Para os moradores das periferias de São Carlos é esse trabalho que permite a manutenção dos filhos na escola e a construção da casa própria no município. É comum entre eles o relato de que a casa foi feita “*com dinheiro de laranja*”, ou seja, com os ganhos auferidos na colheita.

No caso dos trabalhadores do Estado do Piauí em Matão o retorno com sucesso é medido a partir dos ganhos sociais e econômicos conseguido, assim constitui uma obrigatoriedade na qual a migração é uma possibilidade emancipatória. Em alguns casos como de Maria do Socorro (56 anos), Maria das dores (65 anos) e tantas outras mães entrevistadas no ano de 2012 no Piauí, que possuem filhos que ainda não voltaram é como se eles estivessem em uma situação intermediária, na qual dada a falta de sucesso não pudessem voltar.

O retorno anual dos safristas do Piauí movimenta tanto a comunidade de origem, quanto à chegada deles movimenta a cidade de destino. A comunidade deixada é reanimada com a abertura das casas, quando se migrou com a família. Os migrantes moradores da periferia de São Carlos, também retornam a seus municípios de origem, porém lá são classificados como “*peças que mudaram*” e que dificilmente retornarão, porém ainda voltam, pois o espaço de vida (Courgeau, 1988) que atribui identidade é amarrado àquela localidade, portanto serão sempre migrantes (Maciel, 2012).

Nesse sentido, há fraturas nas identidades sociais que devem ser melhor investigadas no que toca o processo migratório (Maciel, 2011), pois os deslocamentos são geralmente caracterizados por fortes desigualdades que são produzidas em diferentes localidades onde os migrantes construíram relações sociais, no campo de estudo o processo de construção das identidades sociais dos migrantes é tangenciado pelo rural e pelo urbano. Ser identificado como trabalhador rural ou boia-fria só é possível na existência do “outro” que não é “boia-fria”, ou do outro que é trabalhador urbano e/ou proprietários.

3.2 As condições de trabalho, empregabilidade e renda

Acorda todos os dias de madrugada, por volta das 05h00min, arruma a marmitta, viaja até o pomar, lá sobe e desce a escada na busca pelo melhor fruto, o coloca numa sacola que suporta até 20 quilos de laranja, na hora do almoço a comida já está fria... Você imagina

como é que é minha filha? E ainda somos desvalorizados, somos chamados de boias-frias. (Francisco, 53 anos, trabalhador rural morador de São Carlos).

O pequeno trecho da entrevista realizada no ano de 2012 com Francisco, trabalhador rural desde 1995, ajuda-nos a pensar sobre as condições de trabalho na citricultura paulista. Ele, como muitos outros também consideram que a atividade vem se modificando ao longo dos anos, porém, as condições ainda são bastante precárias para quem depende dessa atividade.

O movimento global de mudanças econômicas e a inserção do produto da citricultura nos grandes conglomerados internacionais modificaram a dinâmica do trabalho, soma-se a essa condição a atuação rígida do Ministério do Trabalho brasileiro na fiscalização das condições de trabalho e formalização da prática em prol do cumprimento da lei 5.889/73 que também contribuiu para a modificação da atividade.

O processo de inserção na atividade se inicia com a contratação informal realizada pelos “turmeiros”, eles são trabalhadores que organizam grupos para o trabalho, conhecidos como “turmas”, os turmeiros são responsáveis por levarem elas até o local de trabalho e formalizar sua contratação com a empresa responsável pela colheita, entre os anos de 1980 e 1990, eram conhecidos como “gatos”, uma categoria que se relaciona com a “esperteza” que muitos tinham para com sua turma, os relatos de roubo da produção dos trabalhadores por eles justificava essa nomeação popular.

Cilene (38 anos, colhedora de laranja desde o ano de 1995, moradora da cidade de São Carlos), por exemplo, em entrevista realizada em 2010 conta-nos que, em 1995, na sua primeira safra, ela e sua turma, majoritariamente composta por migrantes do nordeste brasileiro, mobilizaram um levante contra um turmeiro; alguns voltando para seus locais de origem e outros procurando outros turmeiros, deixando aquele sozinho no meio da safra. Além da acusação de roubo na safra em seu relato é possível verificar outro aspecto importante da atividade: a pressão por produtividade.

Para quem nunca colheu laranja era tudo muito difícil, ninguém nos ensinou, nós colhíamos 40 caixas por dia, e ai o turmeiro disse um dia que era pouco, que se fosse continuar naquele ritmo era melhor ir embora, ai a gente trabalhou um mês inteiro e um dia a gente veio embora de a pé, nós trabalhávamos pra frente do “Broa”, o que dá uns 50 quilômetros até aqui [São Carlos]. Ai fomos à casa dele e ele não queria dar o pagamento da gente porque dizia que nós tínhamos dado para trás com ele [baixo nível de produtividade], eu quase bati nele, ai ele pagou! Mas disse que não ia dar baixa na carteira [regularizar a situação de desemprego], eu fiquei desgostosa, os outros foram embora pro norte, mas a gente queria ficar aqui [São Carlos] então terminei a safra com ele e disse que preferia perdi esmola do que trabalhar com ele (Cilene).

Na década de 1990, período relatado por Cilene, os colhedores, também eram responsáveis pela compra de luvas, sapatões, marmitas e roupas para o trabalho. Não havia banheiros químicos, nem toldo e bancada para o almoço. Mesmo nos anos 2000 essa realidade tendo mudado, muitos trabalhadores relatam que é comum fazerem o almoço embaixo do pé de laranja, pois, dependendo da “rua” em que estão a bancada fica longe e é cansativo se deslocar até a mesma. A comida é esquentada em uma lata ou come-se fria, dessa condição que deriva os termos “boia fria” e “queima-latas”. Também é comum a comida estragar antes do almoço por causa das altas temperaturas que enfrentam em determinados períodos do ano e a insalubridade da área, muitas vezes, pesteeda de defensivos agrícola.

Dos roçados do nordeste, das periferias urbanas aos laranjais paulistas

Nos últimos anos a atuação do Ministério do Trabalho na região, bem como a necessidade dos produtores se adaptarem a regras internacionais, houve uma melhora significativa nas condições de trabalho. Os próprios trabalhadores concordam com esse aspecto, porém a precarização ainda é enorme, seja na formalização do trabalho por tempo indeterminado que é sim determinado pelo tempo de safra, seja na própria prática, pois não são raras as quedas das escadas, alergias desenvolvidas pelo uso de agroquímicos para o controle de pragas na lavoura, picadas por animais peçonhentos e dores causadas pelos movimentos repetitivos e pelo peso da sacola que é apoiada no ombro durante a colheita do fruto.

Cilene (38 anos, colhedora), na entre safra do ano de 2010 para 2011, quando foi realizada uma segunda entrevista, estava fazendo fisioterapia, na Unidade Básica de Saúde do bairro onde mora, para livrar-se de dores na coluna ocasionadas pelo esforço repetitivo e diário das 12 safras já realizadas. Essa situação é parecida com a de Valentina (42 anos, colhedora, moradora da cidade de São Carlos), que nos conta em entrevista que não fizera a safra no ano de 2011, pois precisou iniciar um tratamento, uma vez que ainda sentia dores no braço quebrado ao cair da escada em um dos anos em que fez a safra.

Para a maioria das mulheres estar na safra é estar submetida à dupla jornada de trabalho; a frustração por não poder cuidar bem da casa é constante nos relatos. O relato de Valentina, descrito abaixo é exemplar dessa condição.

Quando estou na safra é oito horas da noite estou na beira do tanque ou fazendo o jantar, Olha meu marido me ajuda, mas não é a mesma coisa, se pede para lavar um quintal só joga uma água e diz que está pronto, não faz as coisas direito, se vai lavar a louça só da uma passada por cima, apesar de que eu quando estou na safra não areio as panelas e ai vai ficando pro feriado para o fim de semana.

Valentina é migrante do Estado Paraná, O trabalho rural na cidade de destino surgiu da possibilidade de auferir ganhos que possibilitassem a construção da casa própria. Esse trabalho opera frustrações cotidianas como a relacionada à impossibilidade cuidar da casa. Mas nesse caso, o objetivo maior de construção da casa própria ratifica sua sujeição ao trabalho rural. Porém, o aspecto mais importante de seu relato e sua história é o acidente sofrido no trabalho em 2008, como segue abaixo:

Um dia estava trabalhando com chuva, e o sapatão que usamos em contato com o barro fica muito liso, [...], ai quando subi para pegar a laranja eu escorreguei, quando percebi virei de lado para não quebrar a coluna e foi por cima do braço esquerdo que cai e o nervo saiu, eu fiquei afastada pelo INSS [Instituto Nacional do seguro social] porque estava registrada.

Acidentes como esse são bastante comuns entre os trabalhadores. Na safra de 2009, a firma que contratou Valentina não remunerou nem um dia perdido por acidente de trabalho ou ida a médicos, porém, todos tinham contrato formalizado. As ações do Ministério do Trabalho têm protegido os trabalhadores contra os abusos das empresas, porém elas sempre se apoiam nas brechas da legislação trabalhista para escaparem de algumas obrigações que oneram a atividade.

O atestado médico pela falta ao trabalho constitui um importante instrumento de disputa entre os trabalhadores e patrões. O número de atestados solicitados pelos trabalhadores é considerado indicativo de “bom” ou do “mau” trabalhador e influencia na contratação da próxima safra. Contrair atestado médico “suja” a fixa do empregado frente

à empresa; assim, as possibilidades encontradas são sair da colheita ou trabalhar até “*não aguentar mais*”. Nesse sentido, é na época da entressafra que os trabalhadores (as), principalmente as mulheres, vão ao médico.

Silva, ao investigar as mortes e os acidentes em canaviais e laranjais paulistas, constatou que:

Não há uma política específica no combate à ocorrência de acidentes de trabalho [no Brasil], e a criação de uma política a esse respeito torna-se inviável, caso comprometa o rendimento dos trabalhadores no desempenho de suas funções. Cada trabalhador é obrigado a agir individualmente, com o apoio do Sindicato, na resolução de litígio ocorrido na esfera do trabalho (Silva, 2008:26).

Assim a preocupação sempre recai sobre os níveis de produtividade do trabalhador. São por esses níveis sagrados que a preocupação da reprodução da força de trabalho se realiza. Assim, Silva adverte que “o aumento do processo de precarização caminha lado a lado com o avanço técnico-científico, ambos presentes no setor de cítricos e sucroalcooleiro” (Silva, 2008:2).

Em relação aos trabalhadores contratado na cidade de Matão, podemos considerar que o pânico gerado pela morte de três trabalhadores rurais na cidade de Jaicós no Piauí, após a chegada da safra da laranja nessa cidade no ano de 2011, alerta sobre o uso indiscriminado de defensivos agrícolas e as precárias condições de trabalho durante a safra. Mesmo as mortes não tendo sido devidamente investigadas os trabalhadores afirmam que os médicos constataram que os pulmões e rins dos indivíduos que foram a óbito estavam comprometidos devido a possível envenenamento. Assim sendo alguns pequenos agricultores foram em 2012 desencorajados pelos médicos a partir para a safra. As empresas acusam os trabalhadores de negligencia no uso dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual), e por isso a contaminação e acidentes sofridos.

O *Carbendazim*, um fungicida utilizado no combate as pragas que assolam as plantações de cítricos encontra-se em investigação por várias agências internacionais. A OMS (Organização Mundial da Saúde) considera que sua ingestão em altas doses podem oferecer riscos a saúde do consumidor do suco de laranja, há estudos que comprovam a mutação celular ocasionada pelo contato e ingestão desse defensivo agrícola.

Entre os trabalhadores rurais há um consenso que muitas vezes colhem a laranja em meio à dispersão de vários fungicidas. Eles reconhecem que há veneno na colheita, pelo cheiro que inalam cotidianamente e o que fica na roupa durante o período em que se encontram no pomar de laranja. Ainda, segundo os trabalhadores, o odor deixado pelo veneno é percebido quando se molham nos dias de chuvas. Mesmo utilizando luvas e sapatões, as mãos e pés dos trabalhadores apresentam um aspecto amarelado e com muitas erupções e rachaduras como podemos observar em campo.

3.3 A segmentação da força de trabalho: Trabalho com registro e sem registro

Outro aspecto que aumenta a condição de vulnerabilidade social desses trabalhadores rurais migrantes que atuam na safra da laranja é a segmentação da força de trabalho e a rotatividade deles no setor, nessa condição é quase impossível que uma representação legítima se forme entre eles.

Entre os colhedores de laranja o grupo sofre a seguinte segmentação: 1) o trabalho devidamente regularizado pelo Ministério do Trabalho, conhecido como trabalho *com carteira*, e 2) o trabalho *sem registro ou sem carteira*.

Atualmente, o trabalho sem registro é realizado maciçamente em propriedade de menor porte, cuja safra dura poucos meses atingindo, em menor medida, a colheita de laranja e em maior grau a colheita do café e da goiaba.

O contrato de trabalho entre os trabalhadores (as) rurais é por tempo indeterminado e formalizado pela lei 5.889/73, sancionada em 1973 em substituição ao Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. Essa lei foi criada com o intuito de equiparar os direitos dos trabalhadores rurais aos urbanos. Segundo Stolcke, as diferenças são sensíveis em relação ao Estatuto: naquele momento a nova lei tratava de definir o trabalhador rural em seu Artigo 2º como “Empregado rural [que] é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, [que] presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”. (Stolcke, 1985: 233). Ainda segundo a autora, essa lei ao invés de eliminar algumas deficiências observadas no Estatuto do Trabalhador Rural, como em relação à legalização dos trabalhadores eventuais, simplesmente os excluíram de maneira eficaz.

Para o trabalho do tipo eventual, seguindo dados de campo, não há formalizações, não há contrato. A lei n. 6.019, que define trabalhador eventual ou temporário, não os contempla, e eles são totalmente desprotegidos.

No caso dos trabalhadores formais, segundo parte do Contrato de Trabalho, a qual tivemos acesso em uma das entrevistas realizadas em 2010, a remuneração do trabalhador será variável conforme a produção, que, no caso da laranja, se refere à quantidade de caixas colhidas, de dimensões internas de 52 cm x 32 x 30 cm de altura, respeitando a remuneração estabelecida pelo salário mínimo. Em 2010, como verificado na Carteira de Trabalho o valor da caixa era de 0,32 centavos por caixa colhida. O contrato previa ainda que o preço por caixa de laranja colhida seria determinado considerando-se a quantidade de frutas por árvore; o tamanho da fruta e, por fim, a quantidade de frutas por árvore de cada talhão – rua.

A “caixa” é o modo antigo de se referirem ao local em que armazenam a laranja, pois atualmente usa-se uma sacola que é pendurada ao corpo facilitando o trabalho de subir e descer a escada que ajuda a alcançar os frutos. A sacola cheia chega a pesar 20 quilos e é despejada em uma sacola maior que fica rente ao pé de laranja, conhecida como “Bag”. No final do dia, caminhões passam recolhendo-a com a ajuda de um guincho. Às vezes, os trabalhadores preferem derrubar a laranja no chão com um gancho ou manualmente para que depois possam recolher; essa prática levou muitos colhedores a serem denominados “Catadores” de laranja. Esse modo de colheita é bastante usual quando o trabalho é realizado em parceria entre colegas, filhos e casais.

Os trabalhadores sem registro para as safras da região são bastante conhecidos; muitos deles, que hoje gozam dos direitos estabelecidos no contratado de trabalho, já trabalharam dessa forma. Seja porque ele simplesmente não existia ou para testarem sua capacidade de adaptação ao trabalho, para ver se “aguentariam” como comumente afirmam.

O trabalho com registro tornou-se comum entre os turmeiros e outros trabalhadores a partir dos anos 2000. Foram várias as lutas sociais e sindicais para que a atuação do Ministério do Trabalho sobre a regularização dessa atividade fosse cumprida. Todavia, a

determinação da regulação também faz parte do contexto econômico do agronegócio que se estabeleceu de fato nos últimos 15 anos.

A racionalização e o controle das atividades fazem parte das novas perspectivas de produção. A partir da comparação dos dados da RAIS, com os dados obtidos com o trabalho de campo realizado, observamos que esses trabalhadores, principalmente em São Carlos, quando não estão na safra da laranja, eles encontram-se em muitos trabalhos urbanos que, em média, pagam a mesma faixa salarial. Ou no caso dos trabalhadores migrantes “permanentemente temporário” de Matão, encontra-se em seus roçados no Estado do Piauí.

Alguns trabalhadores enfatizam que, na colheita de laranja, é aberta a possibilidade de ganhos maiores, pois o que conta é a produtividade. Assim, há uma valorização entre os trabalhadores dessa ocupação em relação a outras.

O fato de possuírem majoritariamente o Ensino Fundamental Incompleto é bastante significativo. Na entrevista com Valentina (colhedora, 42 anos, São Carlos), temos a seguinte constatação: “*Olha na laranja não tem essas frescura se você tem estudo vai, se não tem também vai também*”. Para ela, a “frescura” advém dos pré-requisitos estabelecidos pelos empregadores urbanos, nas áreas industriais, de serviço e comércio. É importante considerar que, para esses trabalhadores, com baixa escolaridade existe uma dificuldade em candidatar-se aos empregos oferecidos por esses setores. Logo, o trabalho na colheita da laranja aparece como se observa na fala de Izabel (contratadora informal, 42 anos, moradora de São Carlos): uma forma de *escape*, ao desemprego.

Diante disso, lidamos com duas perspectivas no campo considerado por essa pesquisa: existe uma fração de trabalhadores que legitimam o argumento de Izabel e Valentina, considerando o trabalho rural como um “*escape*”, como alternativa ao desemprego urbano, e aqueles que amplamente valorizam esse tipo de trabalho por outras motivações e demonstram até mesmo a preferência por tal em relação ao trabalho urbano, ou que expropriado das condições de vida em seus roçados no nordeste são forçados a migrarem a fim de garantirem com a renda auferida durante na safra a sobrevivência de suas famílias e roçado.

Mas, tais opiniões também são refeitas, repensadas, ao longo da trajetória ocupacional e de vida desses trabalhadores, o que demonstrou certas contrariedades e discontinuidades nos discursos dos entrevistados. Ora dizem preferirem o trabalho rural em relação ao da cidade, ora dizem faltar oportunidades de emprego e renda. Entretanto, mesmo quando se empregam em trabalhos urbanos, permanecem ali por muito pouco tempo, voltando para a safra da laranja logo em seguida.

Outro dado que também chama a atenção, ao considerarmos os dados da RAIS – Ministério do Trabalho e do campo da pesquisa é o número de trabalhadores na faixa etária dos 50 aos 64, de 65 a mais e de 18 a 24. É possível confirmar por esse dado uma das tendências gerais do mercado de trabalho brasileiro, se consideramos a atuação na colheita de cítricos como um “*escape*”, como anteriormente citado.

Na faixa dos 18 aos 24 anos, encontramos jovens buscando seu primeiro emprego; é o caso de Josi (migrante da região metropolitana de São Paulo, 22 anos, colhedora de laranja em São Carlos) e Fábio (19 anos, solteiro, filho de paranaenses, ex-colhedor de laranja, em São Carlos).

Logo que cheguei aqui, eu deixei um monte de currículo, eu não tinha escolha, nunca tinha trabalhado, não tinha experiência em carteira, pois sempre trabalhei com meu pai, aí

vamos tentar, né? O que aparecesse era lucro, nunca tinha capinado na minha vida, até hoje não sei, fazia cada buracão. Aí chamavam “vamos para goiaba, então eu ia, “vamos para a laranja” eu também ia. Mas às vezes também te chamam para uma firma, mas aí você prefere voltar para laranja, sabe aquele pressão toda em cima de você (Josi).

Segundo Pochmann, “a emergência do desemprego estrutural entre os jovens torna mais distantes as possibilidades de constituição de trajetórias ocupacionais e de vida vinculadas à ascensão social” (Pochmann, 2007: 2). Assim, para o autor, o processo de imobilidade social e regressão intrageracional, isto é, quando a posição da vida e trabalho do filho é inferior a dos pais, está em curso na sociedade brasileira, o que reforça a necessidade de criação de políticas públicas capazes de inverter tal processo.

São muitos jovens na posição de Fábio e de Josi que, após completarem o Ensino Médio, ficam à deriva sem trabalho. Muitos ainda dependem das redes de relacionamento familiar para conseguir alguma colocação no mercado de trabalho. Somando a esse processo de desemprego estrutural, é verificada também a maternidade ou paternidade precoce. Josi, aos 22 anos, já é mãe de uma menina de dois anos, o que colabora para sua expulsão do mercado de trabalho formal urbano.

A outra ponta do processo está no incremento do número de trabalhadores (as) na faixa etária dos 50 aos 64 anos. Como demonstrado por Wajnman e Oliveira (2004), com o avançar da idade verificamos uma maciça expulsão pelos empregadores dos trabalhadores do mercado de trabalho industrial, de comércio e de serviços. Porém, nos últimos anos, seguindo as autoras, essa população vem pressionando positivamente o mercado de trabalho. Assim, considerando a média nacional:

Vale destacar o nível de participação ainda bastante elevado no grupo 60-64 anos: 62% para homens, com o pico da atividade masculina situando-se em 95% no grupo 30-34 anos; e 24% para mulheres, contra 67% no grupo de 35-39 anos de idade. Em termos de proporções, os idosos de 60-64 anos de idade, respondem por 45% da PEA de 60 anos e mais, o grupo de 65-69, por 25% e os acima de 70, pelos demais 30% (Wajnman e Oliveira, 2003:457).

Voltando aos dados da RAIS, verificamos que o número de trabalhadores na atividade da laranja com mais de 65 anos, com registro de trabalho, pode estar relacionado ao que nos confidencia Dona Luzia (64 anos, migrante do Mato Grosso do Sul e ex-colhedora de laranja).

Em 2002 fui trabalhar na laranja com meu esposo. Nós recebíamos, por quinzena, 70 reais, aí depois comecei a ir com João Carlos que nos ajudou muito. Na época era todo esse “mundarel” de gente aqui em casa. Naquele ano fez a safra eu meu esposo e esse meu filho-neto, aí deu um dinheiro bom, nós continuamos no ano seguinte, mas aí não quiseram mais pegar eu porque já tinha mais de sessenta anos e porque meu marido tinha quebrado a clavícula quando caiu da escada, aí minha nora me ajudou a entrar de auxiliar de cozinha no restaurante que ela trabalhava [...] lá, na entrevistas, me perguntaram: “O dona Luzia você sabe cozinhar?” eu disse que sim é claro, aí me colocaram na salada. Meu marido comprou um ônibus e tem levado gente para roça também, mas prefere pegar o pessoal de Ibaté.

Portanto, no processo de contratação, além de se considerar exame médico realizado pela empresa, da verificação das fichas do trabalhador, caso tenha feito safras anteriores, os trabalhadores com mais de 60 anos que se candidatam são, na maioria das vezes, dispensados pelas empresas por considerarem inaptos para a atividade da

Dos roçados do nordeste, das periferias urbanas aos laranjais paulistas

colheita. A aposentadoria para, pelo menos, quatro dos entrevistados dessa pesquisa, não está no horizonte imediato do curso da vida. As trajetórias profissionais de Luzia, João, Carlos e Marlene estando, atreladas ao trabalho na roça – sem ou com registro – também são sazonais. Isso dificulta a contagem dos anos de contribuição. Alguns trabalhadores têm como alternativa lançarem-se nas redes de parentesco e amizade como forma de encontrarem outras atividades que os prendam ao mercado de trabalho. Muitos trabalhadores, na faixa dos 65 anos, relatam que a necessidade de estar no mercado de trabalho também se relaciona ao arranjo familiar feito na migração (Maciel, 2012).

Seguindo dados de campo, o trabalho sem registro ainda é bastante comum nos laranjais paulista. Ele atinge principalmente as safras cujo período é curto e cujas propriedades não estão vinculadas ao complexo sucroalcooleiro e, de maneira restrita, à safra de cítricos. As safras do café e da goiaba são as que mais utilizam desse tipo de trabalho. Geralmente não existe uma empresa por trás das negociações entre turmeiro e trabalhador, mas sim um fazendeiro ou um médio agricultor. O número desses trabalhadores é quase impossível de ser conhecido, pois varia muito ao longo do ano.

Muitos desses trabalhadores são arregimentados depois que o período de contratação formal para safra de laranja já terminou. Atinge aqueles trabalhadores que, nesse momento, estavam em outras atividades produtivas e ficaram desempregados nesse meio tempo. Também é conhecido que boa parte dos safristas da laranja, no período do fim da colheita ao início da próxima, a entressafra, se vincule a este tipo de trabalho sem registro a fim de custear o período em que estão sem trabalho.

Alguns turmeiros da laranja arregimentam esses trabalhadores sem contrato para complementar a turma e garantir o aumento da produtividade. Esses trabalhadores são conhecidos como *diaristas*. Mas geralmente os turmeiros que trabalham com contrato e carteira assinada negam-se a levar pessoas sem registro, por causa da fiscalização do Ministério do Trabalho. Os turmeiros que trabalham com esse tipo de turma, como dito anteriormente, são em sua maioria aqueles que prestam serviço para certos fazendeiros da região.

O número de trabalhadores sem carteira é quase impossível de quantificar. Além de não possuírem nenhum dado que os identifique, constituem uma porção sempre flutuante, pois, como já foi dito anteriormente, esse tipo de trabalho é considerado como “bico”. Por meio de observações de campo e relatos, é possível estimar, nos bairros que compõem a Cidade Aracy, em São Carlos, cerca de 100 trabalhadores nessa condição, e a grande porção está na colheita do café e da goiaba.

Mariana (39 anos, casada, 3 filhos) é natural do Paraná e migrou para São Carlos na década de 1990. Possui uma trajetória de vida marcada pelo trabalho rural, especialmente o trabalho “sem registro”. Já atuou na safra da laranja, do café e da goiaba e conta-nos que, na colheita da laranja, prefere não ter registro, pois, nessa condição, se ganha mais do que quando é registrado e também se pode mudar de atividade quando entender que as condições de trabalho não são boas ou continuar trabalhando enquanto melhores propostas não aparecem. O trabalho sem registro é visto como um “bico” para quando não se está em um trabalho formalizado. Desde 2000, paga as parcelas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) como autônoma para que algum dia essas parcelas contem nos anos de contribuição para a aposentadoria.

Ser trabalhador sem registro significa não ter direitos ao seguro desemprego no final da safra e estar desprovido dos benefícios e auxílios oferecidos pelo contrato formal,

como, por exemplo, ter direito a descanso remunerado e ser protegido pelo INSS caso sofram algum tipo de acidente.

Sigaud (1979), ao analisar o processo de segmentação da força de trabalho rural em Pernambuco, também verificou essa distinção entre trabalhadores rurais com carteira considerados “fichados” e sem registro o que chamou de “clandestinos”. Nesse caso, a segmentação da força de trabalho garantia a acumulação do capital do usineiro através do aumento da intensividade da força de trabalho, pois o clandestino que trabalha para o empreiteiro é comandado por sua disposição. Assim, trabalhar segundo a disposição opõe-se a trabalhar tendo um limite aquém da disposição, tendo uma média a ser superada.

Já entre os trabalhadores da laranja, a disposição é fundamental; a liberdade que dizem usufruir na roça contrasta com a pressão pela produção. Assim, o trabalho com e sem carteira tem suas vantagens e desvantagens. O primeiro resguarda ao trabalhador maior segurança e o segundo maiores ganhos. É também através desse cálculo que os trabalhadores contrabalanceiam e fazem suas escolhas.

Para muitos migrantes, as preferências pela formalização ou não do contrato de trabalho pode estar relacionada à suas trajetórias migratórias e estratégias de reconversões. O trabalho de campo demonstrou que os trabalhadores, de alguma maneira, fazem um cálculo sobre as condições e as perspectivas de vida nesse trabalho e, assim, decidem se formalizam o contrato ou não. Há um espaço de ação e definição de trajetórias individuais pelo traçar de perspectivas nesse ou naquele trabalho.

Assim, as preferências pelo trabalho rural, especialmente o da colheita da laranja, são dadas pela “instabilidade” que o trabalho temporário oferece. Para as trajetórias migrantes encontradas no campo de interesse, o retorno aparece como elemento central nas trajetórias de vida.

Mesmo os contratos dos trabalhadores sendo firmados como de prazo “indeterminado”, sabe-se que a safra ocorre de um determinado período e que, entre os meses de dezembro a maio, serão dispensados para serem recontratados no mês de junho, quando a safra inicia-se novamente. Durante cerca de cinco meses, esses trabalhadores realizam “bicos” na cidade, geralmente aqueles relacionados à construção civil, no caso dos homens, e aqueles relacionados ao trabalho doméstico como as diaristas, no caso das mulheres, ou ainda atuam em outras culturas como da goiaba, do café e do eucalipto. Esses trabalhos permitem a manutenção do núcleo familiar na entressafra.

Mas, a cada dois anos, estando submetidos ao contrato por tempo indeterminado e recolhendo o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), podem usufruir de três a quatro meses em seus lugares de origem. Uma das participantes dessa pesquisa colocou que, caso os trabalhadores estejam vinculados a outros tipos de trabalhos formalizados pelo contrato por tempo indeterminado e que realmente não se sabe quando será mandado embora, os mesmos só poderiam voltar para seus locais de origem nas “curtas férias”, que são de 20 dias a um mês, tornando a volta muito custosa. Assim, é preferível “voltar” a cada dois anos usufruindo do seguro desemprego.

Nesse sentido, para que os trabalhadores rurais migrantes do Paraná, Paraíba, Bahia e de tantos outros estados possam realizar o retorno, tão essencial no curso de suas vidas, o trabalho rural aparece como alternativa na medida em que libera o trabalhador migrante das amarras do trabalho permanente, possibilitando idas mais

constantes – mesmo que sejam a cada dois anos, ou ano “sim” e ano “não” como dizem – a seus locais de origem, com os quais ainda mantêm contato.

Esses trabalhadores migrantes estão sempre na encruzilhada entre o trabalho formal rural, com registro e sem registro, entre o trabalho urbano que, como no caso das diaristas e trabalhadores da construção civil, pode ser com ou sem registro também. Para além dos determinantes macroestruturais que colocam essa população nesses trabalhos, deduzimos a partir dessa pesquisa que a ação desses indivíduos na negociação de suas trajetórias de vida deve ser sempre considerada nas análises das migrações e da inserção nos trabalhos rurais.

4. Conclusão

Este artigo tentou demonstrar empiricamente a partir de uma série de entrevistas qualitativas realizadas no Estado de São Paulo e Piauí e outras fontes de dados, o quão precária é a situação social dos trabalhadores rurais do moderno e internacionalizado setor de cítricos do Estado de São Paulo. A inserção do setor nos mercados globais através da venda de seus produtos transformaram tanto a região em que são produzidos, como também as regiões longínquas das quais derivam seus trabalhadores, com o caso dos piauienses na cidade de Matão. Há, nesse sentido, a ligação do interior de São Paulo as decisões, regras e situações do mercado americano.

Dados a esse aspecto somos obrigados a concordar com Giddens considerando que:

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros 'ausentes', localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a 'forma visível' do local oculta as relações distantes que determinam a sua própria natureza. (Giddens, 1991:26-27)

Em uma das entrevistas realizadas na cidade de São Carlos em 2009, perguntávamos para a trabalhadora rural Iracema (de 41 anos) quem era seu patrão, ela rapidamente nos forneceu uma pronta resposta: “o patrão é um tal de Louis Dreyfus, que é americano”. A entrevistada se referia à empresa americana de mesmo nome dona de parte significativa da produção no Estado de São Paulo demonstrando que, parcialmente, os trabalhadores têm noção do processo global que os atinge.

Assim, objetivo do artigo era fazer um breve esboço da citricultura no Estado de São Paulo, considerando os agentes esquecidos ou invisibilizados pelas análises macroestruturais sobre o setor, no caso os trabalhadores e suas condições sociais de existência.

Esses trabalhadores fazem parte do processo global da sociedade capitalista que exclui para incluir (Martins, 2003), transformando muitos expropriados de suas condições de vida nos interiores do Brasil em força de trabalho e mercado consumidor a partir dos escassos rendimentos obtidos nos trabalhos rurais da região sudeste. Para que a citricultura paulista continue enriquecendo grandes empresas é necessária a exploração da força de trabalho empobrecida e expropriada dos rincões desse país.

As *commodities* exportadas representam o redirecionamento das políticas agrárias brasileiras, mais uma vez, priorizando o mercado internacional em detrimento do nacional, assim é necessário o deslocamento de força de trabalho para atender a demanda imposta pela produção em larga escala. A precária rede de assistência oferecida a esses trabalhadores os deixam à deriva de sua própria condição social. Em muitos casos, é a partir do desejo da mobilidade intergeracional que visualizam esperança em meios aos laranjais.

Hoje colho laranja, para que um dia meu filho possa estudar e não depender desse tipo de serviço, não menos digno, que os outros trabalhos, mas tão desrespeitado, o catador sofre muito, é uma vida difícil. (Francisco, 53 anos, trabalhador rural morador de São Carlos).

5. Referências

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Courgeau, D. (1988). *Méthodes de mesure de la mobilité spatiale. Migration internes mobilité temporaire, navette*. Paris: Éditions de l'institut national d'études démographiques.
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Martins, J. S. (2003). *Novos estudos sobre exclusão e pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Maciel, L. (2011). Assalariamento rural no interior de São Paulo: um estudo sobre migrações e identidades. In. *Anais do 35 Congresso da Associação Brasileira em Pós-graduação em Ciências Sociais*. Caxambu, MG.
- Maciel, L. (2012). *O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP*. 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, IFCH, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP.
- Morais, M.; Frazão, F.; Júnior, T. R. (2008). Andando pelo mundo. Significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista. In J. R. Novaes; F. J. C. Alves (Orgs.), *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCAR.
- Mello, D. M. C. (1976). *O bóia fria acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes.
- Novaes, J. R. P; Alves, F. J. C. (2008). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCAR.
- Neves, M. F. (coord.) et al.(2010). *O Retrato da Citricultura Brasileira*. CitrusBR. Ribeirão Preto (SP).
- Pochmann, M. (2007). *Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil*. Disponível em <http://www.emater.mg.gov.br>. Consultado em 02/08/2011.
- Shalins, M. (1970). *Sociedades Tribais*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Silva, M. A. M. (1998). *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Silva, M. A. M. (2007). Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. In: Seminário memória, ciência e arte: Razão e sensibilidade na produção do conhecimento. – PREAC, 5. Campinas, SP. *Anais...* Campinas, SP.
- Silva, M. A. M. (2008). Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. In: *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.3, n.2, pp.1-31.
- Sigaud, L. (1979). *Os Clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades.
- Singer, P. ([1976]1988). Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In MOURA, H. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Stolcke, V. (1986). *Cafecultura. Homens, mulheres e capital*. (1850-1980). São Paulo: Brasiliense.
- Thompson, P. (1998). *A voz do passado – História Oral*. São Paulo: Paz e Terra.
- Wajnma, S; Oliveira, A. M. H. C.; Oliveira E. L. (2004). Os idosos no mercado de trabalho: tendências e conseqüências. In Camarano, A. A. (Org.) *Os novos idosos Brasileiros muito além dos 60*. Brasília, DF: IPEA.

Bases de dados brasileiras consultadas:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo, 2000 e 2010. (IBGE). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>.

Ministério do Trabalho. Relação anual de informações sociais (RAIS) de 2010 e 2011. Disponível em <http://www.mte.gov.br/rais/>.